

ESTEBAN, Maria Teresa. *“Educação popular: desafio à democratização da escola pública”*. In: Cadernos CEDES. Campinas: v.27, n.71 – jan./abr. 2007.

## Resenha

FERNANDES, V. R. O.

O texto de Maria Teresa Esteban parte de uma apresentação do atual cenário educacional brasileiro, onde políticas buscam garantir o direito da educação para todas as crianças, jovens e adultos, em especial aqueles pertencentes às classes populares e que são considerados excluídos desse direito. Apoiando-se no fato de que os seguidos e inevitáveis fracassos dificultam a permanência dos alunos provenientes dessas camadas da sociedade na escola (lugar unanimemente eleito como de ampliação do conhecimento), a autora deixa claro que as políticas para educação não estão compromissadas com uma “educação popular”, capaz de atingir os alunos de qualquer situação social, respeitando-se as suas diferenças.

Podemos perceber que não é nem levado em consideração que, tanto professores como alunos e seus familiares, cada vez mais, são oriundos dessas classes populares e a não observância da situação acaba levando a estratégias errôneas, principalmente quando está em foco o dia-a-dia da escola pública. Por outro lado, a tão esperada democratização da escola pública não deve “apenas” levar a uma escola voltada somente para as classes populares, mas torná-la uma escola popular. É em meio a esse conflito que se torna preponderante a discussão das dinâmicas pedagógicas.

Quando nos referimos à democratização do conhecimento através da escola pública, a referência às classes situadas à margem da sociedade é inevitável, bem como a sua luta cotidiana para atingir um bom êxito. Em concordância com a autora, não se pode negar que a seleção natural que aponta os alunos que absorvem melhor o conteúdo e aqueles que nada aprendem, acaba por gerar uma exclusão, geralmente dos alunos das classes sociais mais baixas. Assim nos deparamos com a tensão gerada por pontos que se mostram antagônicos: buscar a igualdade e a democratização através da possibilidade de estudo para todos, mas que expõe uma desigualdade, evidenciada pelo rendimento escolar.

Buscando uma alternativa para essas relações exclusão x inclusão, igualdade x desigualdade, chegamos a um dos caminhos pelo qual as práticas pedagógicas assumem a sua posição de importância, até mesmo como uma prática social. A democratização da escola pública passa por essa questão, uma vez que, nas atividades do dia-a-dia, as crianças classificadas como sendo diferentes, tanto na esfera social como na de aprendizagem. Nesse sentido, Esteban afirma que: “As diferenças que estas crianças são portadoras fazem ver que a qualidade da escola vincula-se ao desenvolvimento de práticas pedagógicas articuladas a outros processos de emancipação social”.

É preocupante a situação quando a escola não valoriza os alunos como eles realmente são e a conseqüente tendência de que fiquem pelo caminho. A existência de “modelos” acaba por desestimular aqueles que não atingem os patamares exigidos.

A partir dessa situação podemos expor a exigência da necessidade de os professores e aqueles que trabalham na escola pública conviverem com essas diferenças e como orienta a autora, “tornando-as como aspectos indispensáveis do permanente processo individual e coletivo de produção de conhecimento”, e mais, “Parte desse movimento vincula-se a redefinição das práticas pedagógicas, predominantemente configuradas pela idéia de homogeneidade”.

As decisões a serem tomadas devem basear-se no cotidiano escolar e não basta que as classes populares tenham um espaço garantido (que muitas vezes acaba se tornando desqualificado), mas que se busque uma educação verdadeiramente popular, sem os processos de subordinação social, cultural e econômica, e que se faça por meio de diálogo que atinja a todos os segmentos sociais. Nesse contexto não há espaço para o autoritarismo, o controle unidirecional, a coerção, a distância e o a falta de reconhecimento da qualidade de quem quer que seja.

A escola pública é, para Esteban, um espaço de suma importância na disputa dos projetos da sociedade e assumi-la como lugar de educação popular, faz parte dessa disputa. Em adição, devemos considerar a escola pública, que como educação popular, deve compreender o insucesso, a dúvida, a impossibilidade e a incapacidade como características das interações humanas e não como incompetência.

Em suma, o dia-a-dia escolar nos mostra que as diferenças existem, e em grandes proporções, por isso as práticas pedagógicas só se tornam realmente democráticas quando as consideram. Cabe a nós, professores e profissionais das escolas públicas, conhecermos a atual realidade da educação pública nacional, como a educação popular está sendo inserida no cotidiano escolar e como estão sendo dirigidas as práticas pedagógicas dentro desse contexto, para que saibamos trabalhar com as diferenças que existem e que se não observadas, podem interferir na democratização e na qualidade da escola pública.

Para Maria Teresa Esteban “A escola pública amplia sua qualidade ao aprender com os movimentos de educação popular a incorporar, em seu cotidiano, o trabalho coletivo, as relações solidárias, os diferentes saberes e a participação das diferentes pessoas.”